



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo



ANO II - Nº 0050
SEMANAL

Directora - Túnia Macuácuá | Editor - Mendes José | 23 de Abril 2014 | Distribuição Gratuita

Dez milhões de moçambicanos têm acesso à energia eléctrica



O voo para o desenvolvimento já arrancou



• pag 2 e 3

CPLP quer melhorar sistema educativo para reduzir o analfabetismo



• pag 6 e 7

IGT sensibiliza trabalhadores à responsabilidade profissional



• pag 11

PRESIDÊNCIA ABERTA E INCLUSIVA**PR Guebuza: o voo para o desenvolvimento já arrancou**

Por: Elisete Muiambo/Moçambique

Durante a sua última visita à província de Nampula, no quadro da presidência aberta e inclusiva, o Presidente da República, Armando Guebuza, disse, há dias, em Nacala-Porto, que o voo para o desenvolvimento acelerado já arrancou, devendo agora enfrentar as crises de crescimento do país.

O chefe do Estado disse, durante encontros com a população, que o caminho para vencer é continuar a compreender o conceito da nação, que faz parte da grande família, que se encontra do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

Por sua vez, os residentes de Nacala-Porto saudaram, nas suas intervenções, o Presidente da República pelas realizações que aquela província do norte do país alcançou. Destacaram a implantação de infra-estruturas sociais, tal como o aeroporto de Nacala-Porto, ampliação da barragem de Nacala-Porto, instalação de empreendimentos da indústria transformadora e do turismo, construção de um hospital de referência, expansão da alfabetização de adultos, reabilitação de fontes de abastecimento de água, entre outras intervenções que impulsionam o desenvolvimento.

No seu discurso perante os residentes de



PR Guebuza na inauguração da barragem de Nacala Porto

Nacala-Porto, o dirigente máximo do Estado moçambicano disse que apesar destas realizações, há espaço para mais infra-estruturas naquele ponto do país; referiu que mais fábricas vão nascer, pois o trabalho continua.

“Os caminhos estão abertos para continuarmos a trabalhar e desenvolver de forma imparável, para termos cada dez

menos pobres e até chegar o momento em que acaba a pobreza”.

Durante a presidência aberta e inclusiva na província de Nampula, o chefe do Estado inaugurou a barragem de Nacala, que beneficiou de reabilitação, ampliação e modernização para garantir abastecimento de água sem limitações à cidade portuária de Nacala, que nos últimos tempos vinha conhecendo restrição no fornecimento de água, em consequência do aumento demográfico e industrial que se assiste naquela região da província de Nampula. Com a ampliação, a barragem passou da anterior capacidade de 4.2 milhões de metros cúbicos, que não satisfazia à demanda de água, para 6.6 milhões de metros cúbicos.

As obras, que compreenderam a construção de um Estação de captação, Estação de tratamento de água e construção de uma conduta, custaram cerca de 30 milhões de dólares, financiados pelo Millennium Challenge Account-Moçambique. O empreendimento vai permitir maior capacidade de armazenamento de água, para abastecer a cidade de Nacala.

Tal como vem procedendo nos vários pontos do país, em Nacala-Porto, o Presidente da República despediu-se da população,

Cont. na pág 3



População compromete-se a lutar pelo desenvolvimento

referindo que passados 10 anos de governação, chegou a vez de deixar de ser chefe do Estado. Frisou que para o substituir, o seu partido escolheu Filipe Nyusi, (quem tem acompanhado o chefe do Estado nestes encontros com a população) que vai concorrer nas eleições de 15 de Outubro próximo.

Guebuza disse que a escolha do candidato deveu-se ao facto deste ser um indivíduo que se preocupa e gosta do povo e, na sua agenda de governação, que vai trabalhar para permitir que Nacala e outros pontos do país continuem a desenvolver para rapidamente vencer a pobreza.

Intervindo perante os residentes de Nacala-Porto, Filipe Nyusi saudou a população e referiu ser necessário garantir a unidade nacional e a paz, para que o país continue crescer de forma acelerada.

“Não vou falar muito de unidade nacional em Nacala, porque conhecem muito bem a unidade nacional. Aqui em Nacala temos pessoas que vêm de vários pontos do país, sentem-se bem e juntos estamos a fazer crescer Nacala-Porto”. unidade e consolidar a paz para sempre”, acrescentou Guebuza.

População da Zambézia enaltece a iniciativa de presidência aberta e inclusiva

Os residentes de Gurùè, na província da Zambézia, manifestaram a sua satisfação com a iniciativa de presidência aberta e inclusiva levada a cabo pelo chefe do Estado, Armando Guebuza, durante os 10 anos de governação.

A população defende que a presidência aberta permite a participação de todos os cidadãos na vida do país e constitui oportunidade para o dirigente da nação moçambicana se inteirar dos reais problemas do povo, particularmente nos distritos.

Cidadãos de Gurùè consideram que as presidências abertas constituem um mecanismo de diálogo e prestação de contas, onde os governantes vão ao encontro da população para auscultar os seus anseios, para posterior resposta.

É neste contexto que ao longo dos dois



PR Guebuza descerrando a placa de inauguração da barragem de Nacala Porto

mandatos de governação do Presidente Armando Guebuza foram construídas escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água no meio rural e silos melhorados.

Houve expansão da rede de telefonia móvel, melhorou o acesso à energia eléctrica, bem como foram construídas estradas e pontes.

Estas acções foram realizadas com o objectivo de melhorar as condições de vida da população, com destaque para o Fundo de Desenvolvimento Distrital (vulgo sete milhões), que impulsionou em grande medida o auto-emprego no país.

A mensagem da população de Gurùè surge numa altura em que o distrito regista um crescimento significativo na área dos transportes e infra-estruturas sociais.

Na província da Zambézia, o Fundo de Desenvolvimento Distrital permitiu a criação de 80.712 postos de trabalho e o financiamento de 240 indústrias do sector de moageiras.

Durante a presidência aberta e inclusiva na província da Zambézia, concretamente na cidade de Quelimane e nos distritos de Morrumbala, Mocuba, Gurùè e Alto Molócuè, o Presidente da República despediu-se da população e agradeceu pelos conselhos dados durante a sua

governação. Saliu que os ganhos alcançados em várias áreas de actividade resultam do empenho de todos os moçambicanos.

Num outro desenvolvimento, Guebuza apelou à necessidade de promoção do diálogo sobre a paz e unidade nacional a todos níveis, justificando que sem paz não há desenvolvimento.

“Moçambique que estamos todos a construir continua a crescer, apesar da ameaça à paz. Mesmo uma criança quando fica doente não pára de crescer; luta para vencer”, sublinhou o chefe do Estado.

Guebuza instou a população a continuar a reforçar a unidade nacional do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, com recurso a várias línguas e religiões de que o país dispõe.

O distrito de Alto Molócuè foi o último ponto da província da Zambézia que o Presidente da República escalou e não deixou de se despedir dos cidadãos, na sequência do fim do seu mandato.

“Vou deixar de ser chefe do Estado mas vou satisfeito porque o caminho para o desenvolvimento ninguém pode parar e está no nosso horizonte. É verdade que ainda temos desafios como a expansão da rede energia, ampliação da rede escolar e de estradas”, destacou o dirigente moçambicano.

ELECTRIFICAÇÃO DO PAÍS

Dez milhões de moçambicanos têm acesso à energia eléctrica

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

Cerca de dez milhões de moçambicanos estão ligados à rede nacional de energia eléctrica. Esta cifra resulta dos investimentos feitos no sector ao longo dos últimos anos, sobretudo, nas zonas rurais.

Em sede do Conselho de Ministros, o governo apreciou de forma positiva um conjunto de actividades tendentes ao alcance das metas de electrificação do país, com o objectivo de garantir um desenvolvimento acelerado, através da implantação de indústrias e acesso à corrente eléctrica por parte da população.

Segundo o Ministro da Energia, Salvador Namburete, que falava momentos depois da sessão do Conselho de Ministros, desta terça-feira, comparativamente ao ano de 2004, em que cerca de um milhão de moçambicanos estavam ligados à energia eléctrica, hoje, são cerca de 10 milhões, representando assim um crescimento assinalável.

Destes consumidores, 6,5 estão ligados à rede nacional enquanto os restantes têm acesso a energia através do sistema de painéis solares.

Actualmente, 51 distritos beneficiam de projectos de electrificação rural, que estão em curso, num investimento de 530 milhões de dólares.

O Ministro da Energia disse que neste momento, a taxa de cobertura coloca o país nos lugares cimeiros a nível da África Austral, depois das Maurícias e África do Sul.

Namburete referiu que no âmbito do plano de electrificação do país, investiu-se cerca de 230 milhões de dólares na construção de mais de 7800 quilómetros de linhas de energia, dos quais, 1471 de alta tensão, 5375 de media e cerca de 1000 de baixa tensão.



Ministro da Energia, Salvador Namburete

Energias renováveis

Neste momento, Moçambique está a investir em energias renováveis, para permitir que mais cidadãos tenham acesso à corrente eléctrica, sem necessariamente depender da rede nacional.

O Ministro da Energia salientou que além das políticas e estratégias aprovadas, o governo tem estado a expandir o uso de painéis solares para a electrificação de escolas, hospitais e edifícios de instituições públicas.

Salvador Namburete disse igualmente estarem em construção Centrais Mini-hídricas na Zambézia e Manica, num investimento de 17 milhões de dólares.

Combustíveis

Para responder à crescente demanda de combustíveis, o governo tem vindo a implantar postos de abastecimento em diversos pontos do país.

Nos últimos anos, foram construídos postos de abastecimento de combustível em 48 distritos, orçados em 40.5 milhões de dólares, um gasoduto de recepção de gás de cozinha via marítima, com capacidade para transportar 102 toneladas métricas no porto da Matola.

A implantação de gasoduto, segundo o Ministro da Energia, permitiu sanar a questão de exportação de gás para o país, evitando desde modo o problema de ruptura de fornecimento de gás, tal como acontecia nos últimos anos.

O dirigente referiu-se igualmente à construção de um armazém de gás doméstico, com capacidade de 3000 toneladas métricas, um investimento de 18 milhões de dólares e à implantação de condutas de gás de cozinha para Maputo, neste momento em curso.

Constrangimentos e desafios

Namburete disse, entretanto, haver necessidade de o governo

Cont. na pág 5

continuar a investir para abranger os cerca de 60 por cento da população que não tem acesso à energia.

O ministro referiu que para o alcance desta meta são necessários 2.415 milhões de dólares, que permitirão a electrificação das regiões não iluminadas. Deste valor, cerca de 1.141 milhões seriam para a implantação de linhas de transporte de energia e 1.274 milhões para outras infra-estruturas. Outras preocupações do sector têm a ver com a melhoria da qualidade da energia fornecida aos consumidores. Salvador Namburete disse que para fazer face a estes desafios é necessário um montante de 800 milhões de dólares, que vai também suportar questões como roubo de equipamento, vandalização de infra-estruturas e formação de quadros.

Ensino Superior à distância

Ainda na sessão desta terça-feira, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto que autoriza a criação do Instituto Superior de Ensino Aberto e à Distância no Município de Boane. O instituto irá leccionar cursos de

licenciatura e de mestrado.

Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, Alberto Nkutumula, trata-se de uma instituição de ensino superior de direito privado, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e científico-pedagógica.

Aprovou a Resolução que ratifica o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), no dia 23 de Março de 2014, em Maputo, num valor de 8 milhões de dólares americanos, destinados ao financiamento do Projecto de Electrificação Rural da província do Niassa.

A resolução que ratifica os Acordos no 5346-MZ (Crédito), H904-MZ (Donativo), no TF 15923 (Crédito) e no TF 15898 (Donativo), celebrados entre o Gde Moçambique e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), no dia 24 de Fevereiro de 2014, em Maputo, nos montantes de 3.150.000 de dólares americanos, 6.500 milhões de dólares americanos, 36.250 milhões de dólares, 9.250 milhões

de dólares americanos, destinados ao financiamento da Fase II do Projecto de Gestão de Manutenção de Estradas e Pontes (Adicional), do Fundo de Estratégia do Clima e o Programa Piloto para a Resiliência Climática.

Temas apreciados

Relatório da delegação moçambicana à II Cimeira Bilateral entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Portuguesa, realizada em Maputo, de 26 a 27 de Março de 2014;

O Relatório da participação de Sua Excelência o Presidente da República na IV Cimeira entre a União Europeia e África, realizada de 2 a 3 de Abril de 2014, em Bruxelas-Reino da Bélgica;

A Situação de Emergência no país, no período compreendido entre 15 a 21 de Abril de 2014 e as acções realizadas para minimizar os impactos negativos;

A Situação do Recenseamento Eleitoral;

O Diálogo entre o Governo e a Renamo;

A Avaliação da Implementação da Estrutura Integrada do Governo Distrital;

As actividades realizadas no "âmbito dos 7 milhões".

O IV Relatório de Reconciliação no Âmbito de Implementação de Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique, relativo aos recebimentos e pagamentos ocorridos em 2011.



Recentemente o presidente Guebuza testemunhou a expansão da energia eléctrica em Nampula



DECLARAÇÃO DE MAPUTO

CPLP quer melhorar sistema educativo para reduzir o analfabetismo

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

Os Ministros de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais do que impulsionar a futura cooperação multilateral Pós-2015, partilharam, na sua VIII reunião, experiências em áreas de interesse comum: melhorar o sistema educativo, fortalecer os mecanismos de gestão sectorial, aplicar do Acordo Ortográfico e radiografar essas e outras matérias num instrumento apelidado de “Declaração de Maputo”.

A VIII reunião dos Ministros de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi antecedida por um encontro preparatório, também realizado em Maputo, que se debruçou sobre os avanços da Declaração de Luanda, relativo à ratificação do Acordo Ortográfico, do programa de disseminação, nas escolas da comunidade, a visão e a missão da CPLP, os problemas persistentes e elaboração do Plano Estratégico Pós-2015.

Em relação ao Acordo Ortográfico, Moçambique e Angola, são os únicos países, de um total de oito, que ainda não ratificaram a convenção, porque entendem que o instrumento deve incorporar as “especificidades” linguísticas de cada um dos Estados-membros da comunidade lusófona.

Sobre Moçambique, o Ministro de Educação, Augusto Jone, disse que o acordo ortográfico está sob responsabilidade da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em articulação com a Assembleia da República.

Entretanto, o diagnóstico relativo aos estrangulamentos e estrangulamentos da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 será tema da reunião de Angola, em 2015.

As estatísticas sobre sistemas educativos na CPLP continuam a

assinalar progresso na redução dos níveis de analfabetismo, situando-se, agora, acima dos 95 por cento em toda a comunidade dos falantes de português.

Em Moçambique, a taxa de analfabetismo situava-se, em 1992, nos 72 por cento, e, em 2008, decresceu para 48 por cento e em 2013, ela caiu para 43 por cento, o que revela empenho do sector no combate ao fenómeno, concorrendo-se para o cumprimento de um dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Embora se verifique redução nas taxas de analfabetismo no país, persiste uma percentagem enorme da população adulta iletrada, com enfoque nas zonas rurais, e a alfabetização é o primeiro passo para a melhoria das condições de vida das camadas vulneráveis. Aliás, um cidadão alfabetizado pode elevar a produtividade, gerar emprego e prevenir doenças endémicas, envolver-se em actividades sociais, económicas e políticas.

Alfabetizadas, as mulheres controlam a vida

Para as mulheres, a alfabetização é um passo fundamental no processo de capacitação para o controlo da sua vida, para a sua emancipação, sendo, por isso, que através das políticas educativas inclusivas viradas para o equilíbrio do género, aumentou em Moçambique, a participação das raparigas em todos os níveis do ensino.

As estatísticas mostram a rápida expansão do sistema educativo: dos 709.299 alunos em 1974 passaram, em 2013, para os 6,7 milhões de alunos, no rácio professor-aluno, de 51; no ensino primário do primeiro grau (EP1), que vai da 1ª a 5ª classe, no EP2, que vai de 6ª classe a 7ª

classe, um professor assiste 47 alunos, no Ensino Secundário Geral-1 (ESG-1: 8ª a 10ª classe) e no Secundário Geral (ESG2: 10ª a 12ª classe) um professor assiste 53 estudantes.

Na declaração de Maputo, o Secretariado Executivo da CPLP elaborará, ainda este ano, a proposta de Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da educação e o respectivo Plano de Acção 2015-2020.

“Este Plano estará virado ao pilar-educação profissional, incluindo a educação básica primária, que continua a desenvolver competências de leitura, escrita e cálculo, porque os nossos países hoje, somos desafiados, cada vez mais, a ter jovens que dominem saber, sim, mas que dominem, acima de tudo, o saber-fazer” – disse Augusto Jone.

Além de testemunharem a transferência da presidência da CPLP de Moçambique para Timor-Leste, os Ministros da Educação da CPLP aprovaram também a revisão do Regimento Interno de Ministros da Educação, adoptaram a Proposta do Regulamento Interno da reunião técnica dos pontos focais da educação da comunidade e adoptaram o Manual de Procedimentos para a Organização da Reunião de Ministros da Educação da CPLP.

Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo N°11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe N°780

5º Andar - jornalmoçambique@gmail.com

tel n° 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz



Diploma Ministerial nº.262/2004 de 22 de Dezembro

Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro

O Decreto nº. 30/2002 de 2 de Dezembro, aprovou as Regras Gerais de Desembaraço

Aduaneiro e estabeleceu normas de carácter geral que requerem regulamentação para

a sua correcta e completa operacionalização.

Nestes termos, e ao abrigo das competências que me são conferidas pelo artigo 2 do

Decreto nº. 30/2002 de 2 de Dezembro, determino:

Artigo 1

É aprovado o Regulamento do Desembaraço Aduaneiro e respectivos anexos, os quais

fazem parte integrante do presente diploma.

Artigo 2

O Director Geral das Alfândegas emitirá as instruções que se acharem necessárias à

implementação do presente diploma, que incluirão a actualização de valores e a

aprovação de formulários necessários para a operacionalização do presente

documento.

Artigo 3

É revogado o Diploma Ministerial nº 206/98 de 25 de Novembro e demais legislação

que contrarie o previsto neste diploma.

Artigo 4

O presente Diploma entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2005.

A Ministra do Plano e Finanças Luísa Dias Diogo

REGULAMENTO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Definições e âmbito de aplicação

Artigo 1

Definições

Para efeitos do presente regulamento são estabelecidas as seguintes definições:

Áreas autorizadas – definidas nos termos do artigo 8 do Decreto Presidencial nº

4/2000 de 17 de Março.

Bens – todos os artigos que entrem ou saiam do território aduaneiro.

Contramarca – processo administrativo relativo que é dado a cada meio de transporte

ao qual se dá um número sequencial correspondente a sua entrada na estância

aduaneira de desembaraço quando carregado com mercadorias destinadas a

despacho aduaneiro ou quando o próprio meio de transporte é sujeito a desembaraço

aduaneiro.

Controlo aduaneiro – o conjunto de medidas adoptadas pelas autoridades aduaneiras

para assegurar a conformidade com as leis e regulamentos, cuja aplicação está sob a

responsabilidade das Alfândegas.

Correspondência – cartas, faxes, mensagens electrónicas, telegramas, telexes, e outras

comunicações escritas.

Declaração de bens – acto através do qual determinada pessoa indica os bens e o

respectivo regime aduaneiro aplicável e, fornece as informações exigidas para a sua

aplicação.

Moçambique saúda eleições na Guiné-Bissau em nome da CPLP

A Unidade de Comunicação e Imagem transcreve a seguir a Declaração da Presidência Moçambicana da CPLP sobre o Processo Eleitoral na República da Guiné-Bissau:

“A República de Moçambique, em nome da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), saúda o povo guineense pela realização de eleições livres, credíveis e transparentes, no passado dia 13 de Abril de 2014.”

A Presidência da CPLP apela a todos os actores políticos e à sociedade guineense a respeitarem os resultados das eleições legislativas e a manterem um clima ordeiro e sereno na segunda volta das eleições presidenciais, agendadas para 18 de Maio de 2014.

A Presidência da CPLP encoraja os actores políticos e a sociedade guineense a prosseguir o diálogo interno com vista à estabilidade política, económica e social do país.

Aldemiro Baloi mantém conversações com o Ministro Sergei Lavrov da Rússia

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, manteve, esta segunda-feira, em Moscovo, conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Sergei Lavrov.

Os dois ministros avaliaram o estágio actual da cooperação bilateral moçambicano-russa e perspectivaram o quadro de cooperação para os próximos anos, bem como trocaram impressões sobre a situação política em África e na Europa.

Baloi realiza uma visita de três dias à Rússia, com o propósito de reforçar as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre a República de Moçambique e a Federação Russa.

Com esta visita, o Governo de Moçambique espera relançar e fortalecer a cooperação com a Rússia, nas áreas de educação, defesa e ordem pública, juventude e desportos, indústria e recursos minerais.

Oldemiro Baloi participou, esta terça-feira, no Fórum de Negócios Rússia-Moçambique, que teve lugar na Câmara do Comércio e Indústria da Federação Russa. Esta quarta-feira, Baloi visita a cidade de S. Petersburgo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação manteve, ainda no domingo, logo após a sua chegada àquele país, um encontro com a comunidade moçambicana residente em Moscovo.

A reunião, realizada na Universidade Russa de Amizade entre os Povos, com cerca de trinta estudantes moçambicanos, serviu para o Ministro Baloi trocar impressões sobre a actual situação política, económica e social prevalecente em Moçambique.



Declarante – qualquer pessoa que faz a declaração de bens, de mercadorias ou dos meios de transporte em seu nome ou, a pessoa em nome de quem a declaração é legalmente feita.

Despacho aduaneiro – conjunto de formalidades necessárias ao desembaraço aduaneiro de bens, mercadorias e dos respectivos meios de transporte que pode ser de importação ou exportação.

Despachante aduaneiro – pessoa singular licenciada pelas Alfândegas nos termos da legislação vigente, habilitada a praticar os actos necessários ao desembaraço aduaneiro de bens e de mercadorias.

Despacho antecipado na importação – conjunto de formalidades necessárias para o desembaraço aduaneiro de bens, de mercadorias e dos respectivos meios de transporte realizadas antes da chegada dos bens ou das mercadorias ao País.

Destino aduaneiro – é o regime aduaneiro atribuído aos bens ou às mercadorias, independentemente da sua natureza, quantidade, origem, procedência ou finalidade.

Desembaraço aduaneiro – cumprimento de formalidades aduaneiras necessárias para permitir a importação ou exportação de mercadorias, ou a sua colocação noutro regime aduaneiro legalmente aprovado.

Despacho Simplificado (DS) – constitui a fórmula de despacho aduaneiro a ser usado exclusivamente para a importação de bens trazidos por viajantes, em excesso das suas franquias, sem fins comerciais.

Documento Único (DU) – fórmula de despacho aduaneiro de todos os bens e de mercadorias que entram ou saem do País, independentemente do regime aduaneiro que lhes é aplicável, à excepção dos trânsitos, sistema simplificado e outros regimes previstos em Lei.

Documento Único Abreviado (DUA) – é o mesmo documento único quando usado para processar o Sistema Abreviado de Importações.
Documento Único Certificado (DUC) – é o documento único que recebeu a certificação de que foi submetido ao processo de selecção

para realização da inspecção pré-embarque dos bens ou das mercadorias e, que pode ter sido seleccionado ou não podendo ser transformado em declaração, através da aposição da assinatura pelo declarante, manifestando a sua concordância com as informações contidas no referido documento.

Certificado de Origem – todo o documento que confere origem às mercadorias, prescrito em convenções internacionais, protocolos comerciais ou sistemas preferenciais.

Estância aduaneira – qualquer local de trabalho criado no âmbito do Estatuto Orgânico das Alfândegas onde todas ou parte das formalidades previstas na legislação aduaneira possam ser executadas.

Incoterms (International Commercial Terms) – termos que resultam do costume comercial internacional e que traduzem as condições em que se realizam as transações comerciais internacionais.

Meios de transporte – qualquer equipamento motorizado ou não, capaz de transportar pessoas, bens ou mercadorias.

Mercadorias – bens objecto de transacção comercial.

NUIT – Número Único de Identificação Tributária.

País – a República de Moçambique.

Regime aduaneiro – conjunto de procedimentos aduaneiros específicos aplicáveis às mercadorias, meios de transporte e outros bens, pela autoridade aduaneira.

Representante do importador/exportador – o despachante aduaneiro devidamente mandatado pelo importador/exportador perante a autoridade aduaneira, para por ele praticar os actos necessários ao desembaraço de bens ou das mercadorias.

Reverificação – acto através do qual se confere a qualidade e exactidão do serviço realizado pelo verificador.

Sistema Abreviado de Importação – forma abreviada usada exclusivamente em situações de importação sob procedimento especial de despacho de importação de baixo valor comercial.

Território aduaneiro – todo o espaço geográfico onde a República de Moçambique exerce a sua soberania.

Valor Aduaneiro – o valor do bem definido nos termos de legislação própria.

Verificação – acto pelo qual se procede à conferência da declaração e a sua conformação com as especificações da mercadoria e de conferência dos direitos e demais imposições devidos.

Visita aduaneira – visita que se efectua a um local ou meio de transporte para verificação do cumprimento dos procedimentos aduaneiros.

Artigo 2

Âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as normas gerais e específicas a serem aplicadas no controlo e desembaraço aduaneiro de bens e de mercadorias, de pessoas e dos meios de transporte.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO AOS MEDIA

Assessores de imprensa avaliam seu desempenho

Por Mavildo Pedro/Moçambique

Uma das estratégias adoptada pelo governo, nos últimos anos, para a melhoria da relação com os meios de comunicação social, é a assessoria de imprensa, para facilitar a difusão de informações ao cidadão. É neste âmbito que os assessores de imprensa de instituições públicas reuniram-se, há dias, em Maputo, para fazer uma reflexão sobre as actividades realizadas terceiro trimestre do ano passado.

Com o objectivo de disponibilizar informação credível e de forma eficiente no quadro da aproximação do Estado ao cidadão, o executivo moçambicano institucionalizou a assessoria de imprensa. Esta medida permite uma melhor difusão das actividades realizadas pelas diferentes instituições públicas.

Os participantes deste encontro reconheceram que para uma melhor difusão de informação aos cidadãos é necessário que cada instituição tenha uma relação saudável com os meios de comunicação social.

Alexandre Zandamela, assessor de imprensa no Ministério da Juventude e Desportos, afirmou que a prestação da instituição a que pertence foi positiva, na medida em que a colaboração com os meios de comunicação social permitiu maior divulgação das actividades do sector.

“Assegurar que a comunicação seja feita de forma ordenada e que atinja o público-alvo foi uma das maiores preocupações dos responsáveis pela comunicação a nível do governo”, referiu Zandamela, acrescentado que existe, entretanto, o desafio de garantir a difusão de informação relativa às actividades realizadas por instituições tuteladas por este ministério.

Apresentando o balanço do Ministério da Saúde, Júlio Mendes, representante desta instituição, referiu que as campanhas de vacinação de crianças, o despiste do HIV, pulverização domiciliária e outras iniciativas tiveram

maior visibilidade graças à colaboração dos meios de comunicação social.

“Graças aos meios de comunicação social, as mães já conhecem o valor do aleitamento materno, em detrimento do leite artificial”, disse Júlio Mendes.

Na sua intervenção, Jafar Buana, assessor de imprensa no Ministério do Trabalho falou da relação entre os governos central e local, no que diz respeito às actividades realizadas pelas partes.

Afirmou que alguns cidadãos mal

conhecem os limites entre as actividades realizadas tanto pelo governo central como local; segundo ele, é necessário que haja sempre harmonização e clareza nas acções dos governos central e local, para que se perceba que se trata de uma estrutura única.

Os assessores de imprensa de instituições do Estado mostraram-se satisfeitos com os resultados que têm vindo a alcançar na sua relação com os órgãos de comunicação social, que permite maior divulgação das realizações do governo.

Cobrado mais de um milhão de meticais aos devedores do INSS em Gaza

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Delegação de Gaza, acaba de recuperar mais de 1 milhão e 150 mil meticais de algumas empresas e contribuintes ao sistema de segurança social, durante os últimos dias, fruto de acções de fiscalização laboral, levadas a cabo pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), a empresas e outras unidades de produção espalhados pelos distritos daquela região do sul do país.

A recuperação de montantes devidos ao INSS, por parte dos contribuintes, tem conhecido uma melhoria satisfatória nos últimos tempos, não só em Gaza, como também em quase todas as Províncias, sobretudo desde que está em implementação o Sistema de Informações da Segurança Social (SISSMO), no âmbito da informatização e modernização geral do sistema nacional da segurança social, num esforço governamental tendente a conferir maior transparência à gestão do INSS, bem como eficácia quanto na prestação dos serviços ao público utente, nomeadamente os beneficiários e os contribuintes.

A Província de Gaza foi uma das pioneiras do SISSMO no país, contando, actualmente, com 7.598 empresas já cadastradas nesse sistema electrónico, facto que determinou a cessação de remessa de papel físico ao INSS, no que concerne ao processamento de

prestações ou remessa de contribuições pois, tudo é feito em formato electrónico. Trata-se de um processo que está a ser implantado gradualmente pelo país, numa perspectiva de conectar o sistema em todo o país por via de internet.

Em relação à formação profissional, a Província de Gaza, durante a semana passada, graduou 392 candidatos a emprego, enquadrados em diversos cursos, nomeadamente Electricidade Instaladora, Canalização, Informática, Contabilidade, Pintura de Construção Civil, Camareiras/Andários, Gestão de Recursos Humanos, Secretariado, bem como a Gestão de Pequenos Negócios, que tem sido uma matéria quase obrigatória em todas as acções levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFP), com o objectivo de capacitar os candidatos para o mercado, sobretudo para aqueles que optam pelo auto-emprego.

No fim da formação foram distribuídos cerca de 6 kits de material diverso, a finalistas que se organizaram em associações, visando a criação do emprego próprio, a partir dos ramos profissionais escolhidos.

IGT sensibiliza trabalhadores à responsabilidade profissional

Por: Jafar Buana/MITRAB

A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), na Província de Nampula, vai intensificar acções de sensibilização aos trabalhadores de diversos ramos de actividade, em matéria de responsabilidade profissional, devido aos crescentes casos de participação em actos profissionalmente não admissíveis e de aparente desleixo por parte de alguns trabalhadores, em prejuízo das respectivas empresas. É percepção da IGT que tal comportamento pode prejudicar o bom relacionamento profissional, aliás, a Lei do Trabalho sublinha que os trabalhadores e as entidades empregadoras ou patronais têm os seus deveres e direitos, cabendo a cada um cumprir com o emanado pelos respectivos entendimentos contratuais, a bem de ambas as partes.

A consciencialização da IGT tem sido no sentido de os trabalhadores não prejudicarem as suas empresas ou unidades de produção, mas sentirem-se parte activa da existência da empresa e do próprio processo de produção, aumentando a produtividade, uma vez que é com isto que a empresa cumpre com as suas obrigações sociais, como por exemplo no pagamento de salários. Aos empregadores, no âmbito dessas acções de sensibilização, a IGT tem apelado que estes vejam nos seus trabalhadores como o principal activo da empresa e parte incontornável do respectivo sucesso.

Recentemente, o jornal "O País", na sua edição de 4 de Abril de 2014, e igualmente divulgado pela estação televisiva STV, despoletou um caso que criou agitação na empresa de telefonia móvel Movitel, na Cidade de Nacala-Porto, evitável, caso houvesse responsabilidade profissional, deixando a percepção de que há falhas no que concerne ao cumprimento das regras laborais, sobretudo na componente de direitos e deveres das partes ligadas profissionalmente, ou seja, entre o trabalhador e a entidade empregadora.

A referida publicação fazia referência a uma alegada colaboradora da referida empresa, de nome Ângela Augusto Macamo, que perdeu a vida em plena



missão de serviço, cuja entidade empregadora se recusava a assumir as respectivas despesas fúnebres, alegando não ter vínculo contratual com a malograda.

Segundo viria a apurar a brigada da Inspeção-Geral do Trabalho no terreno, a falecida, de aproximadamente 20 anos de idade, e até à data da sua morte residente na cidade de Maputo, encontrava-se em Nacala-Porto em gozo de férias, em casa da sua irmã, residente naquela cidade. A Movitel destacou uma equipa para os Distritos de Angoche e Momba, com o objectivo de ir formar agentes revendedores dos seus produtos, para uma campanha promocional com a duração de 45 dias e, a malograda foi convidada por um amigo seu, trabalhador da empresa Movitel em Nacala-Porto, para fazer parte da equipa que ia a Angoche, como forma de ganhar algum dinheiro, já que se encontrava de férias.

Já em Angoche, a malograda caiu repentinamente doente e viria a falecer no mesmo dia, no hospital local, mais concretamente no dia 30 de Março de 2014, devido a uma malária complicada, segundo informações constantes da respectiva certidão de óbito. O referido litígio entre a Movitel e os familiares da malograda deveu-se, exactamente, à interpretação que as partes deram ao sucedido, em que a empresa dizia que não se responsabilizava pelo sucedido, alegando que o seu trabalhador era a pessoa que a convidou a malograda, enquanto os

familiares defendiam o contrário. Depois de uma negociação, mediada pela Inspeção do Trabalho, encaminhou o caso à Procuradoria Distrital de Nacala-Porto, a empresa, numa acção que descreveu como sendo de carácter social, desembolsou 82 mil meticais para efeitos de transladação dos restos mortais da senhora Ângela Augusto Macamo para a cidade de Maputo, operação realizada no passado dia 4 de Abril. E, tal como foi reportado à IGT, toda a inquietação gerada à volta do assunto deveu-se a uma alegada demora processual. O caso ficou encerrado, definitivamente, não obstante a tensão criada na sua face inicial.

Todavia, a Inspeção do Trabalho continua a trabalhar com a empresa Movitel, com vista a apurar os mecanismos de contratação de pessoal para o seu quadro, bem como as modalidades aplicadas em relação ao emprego temporário de trabalhadores, sobretudo no recrutamento de candidatas para campanhas e para revendedores dos seus produtos, de forma a evitar casos idênticos no futuro. Aos trabalhadores da empresa apelou para que sejam mais profissionais e que não actuem em contradição com as normas internas da empresa.

Reserva Nacional do Niassa

A Reserva Nacional do Niassa (RNN) é mais uma das instituições que contribuem para a arrecadação de receitas, no capítulo do turismo moçambicano, tendo sido fundada em 1954, quando Moçambique ainda era uma colónia portuguesa em África.

Esta reserva, cobrindo uma área de 42.000 km² (um terço da província do Niassa), é a maior área protegida do país (é duas vezes o tamanho do Kruger Park, localizado na vizinha África do Sul. A norte faz fronteira com o rio Rovuma/Tanzania e a este com o rio Lugenda. Tem uma enorme concentração de vida selvagem, grande parte ainda por explorar, proporcionando, por isso, a quem a visite uma experiência única que dificilmente se encontra no mundo de hoje em dia.

Com a guerra de desestabilização que assolou o país, e não tendo nenhuma protecção, a reserva ficou totalmente devastada, sendo que maior parte do seu habitat foi dizimada pela guerra.

Terminada a guerra, o Governo moçambicano lançou uma série de iniciativas com vista à sua recuperação (incluindo reconstrução de infra-estruturas, povoamento em animais de todas as espécies, de entre outros benefícios), de entre as quais a criação, em 1998, da Sociedade de Gestão e Desenvolvimento da Reserva do Niassa (SGDRN).

Com base numa contagem aérea feita em 2002, estima-se que habitem na Reserva do Niassa cerca de 12 mil elefantes, 2.500 búfalos, 10 mil pala-palas e 200 cães selvagens (estes últimos em perigo de extinção). Podemos igualmente encontrar na RNN subespécies raras como o gnu-do-Niassa (considerado endémico e por tal motivo sujeito a protecção), a zebra-boehms, o antílope-negro-africano, leões, leopardos, hienas, bois-cavalo, zebras, entre outras espécies.

A topografia é denominada por rios, vales e inselbergs, ou seja, uma combinação de paisagem extraordinária.

Na zona tampão entre a Reserva do Niassa e as áreas ocupadas pela população foi criada a Lugenda Wildlife Reserve (Luwire), no qual está localizado o Lugenda Bush Camp, do Grupo Rani, que foi o primeiro investidor a aceitar a responsabilidade de desenvolver actividades de "safári" economicamente viáveis na reserva.

Para isso, foi formulada uma gestão e planeamento para evitar a caça furtiva e foram também criados programas de formação para as populações locais. Outros operadores privados estão a começar agora a desenvolver as suas actividades.

A Reserva parcial do Niassa foi famosa devido aos enormes efectivos de elefantes que possuía, considerada uma reminiscência do Jardim de Éden Africano...

Habitat de uma grande diversidade de espécies de fauna tropical numa paisagem equilibrada.

O Governo Provincial, em cumprimento da Política Nacional do Turismo, um dispositivo aprovado pelo Governo para a restauração deste sector, transformou toda esta herança natural e primitiva num destino eco-turístico, preservando todo um riquíssimo património natural completamente intacto, permitindo, deste modo, que o turismo se desenvolva de uma maneira sustentável, e que o homem, fauna e a flora coabitem em perfeita harmonia.

Nas extensas planícies da região do Miombo, situadas entre rios que se cruzam, erguem-se os majestosos Inselbergs. Alguns estão isolados como ilhas e outros próximos uns dos outros.

Ao longo dos rios vagueiam grandes manadas de caça, como faziam no tempo dos comerciantes de marfim.

Hoje, com o repovoamento animal, a reserva tem sido "visitada" constante e permanentemente por caçadores furtivos, uns à busca de algo para se alimentarem, mas outros e em grande parte à caça de troféus de elefantes, rinocerontes e outros.

Na reserva são permitidas apenas as máquinas fotográficas. É superiormente dirigida sob um rígido programa de conservação que inclui bastas iniciativas de desenvolvimento para as comunidades dentro do parque, ao mesmo tempo que vai promovendo o ecoturismo da vida selvagem.

A Reserva do Niassa é a última selva natural no mundo, de acordo com as primeiras experiências de Livingstone, quando abriu caminho através da selva com a sua caravana de carregadores e tendas, lutando contra búfalos e leões.

Fonte: www.mitur.gov.mz

Curiosidades

Dia Mundial do Livro

Comemora-se hoje, 23 de Abril, o Dia Mundial do Livro. Trata-se de uma data cuja origem está ligada a Catalunha, uma região da Espanha.

A data começou a ser celebrada em 05 de Abril de 1926, em comemoração ao nascimento de Miguel de Cervantes, escritor espanhol. O escritor e editor valenciano, estabelecido em Barcelona, Vicent Clavel Andrés, propôs este dia para a Câmara Oficial do Livro de Barcelona. A 6 de Fevereiro de 1926, o governo espanhol, presidido por Miguel Primo de Rivera, aceitou a data e o rei Alfonso XIII assinou o decreto real que instituiu a Festa do Livro Espanhol.

No ano de 1930, a data comemorativa foi transferida para 23 de Abril, dia do falecimento de Cervantes.

Mais tarde, em 1995, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, instituiu 23 de Abril como o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, em virtude de a 23 de Abril se assinalar o falecimento de outros escritores, como Josep Pla, escritor catalão, e William Shakespeare, dramaturgo inglês.

No caso do escritor e dramaturgo inglês (Shakespeare), tal data não é precisa, pois na Inglaterra, naquele tempo, ainda utilizava-se o calendário juliano (implantado pelo líder romano Júlio César, em 46AC, como uma importante e substancial alteração no romano), pelo que havia uma diferença de 10 dias para o calendário gregoriano usado na Espanha. Assim, Shakespeare faleceu efectivamente 10 dias depois de Cervantes.

Fonte: www.escrevendoofuturo.org